

EUA acima de todos em pleno 7 de Setembro

 poder360.com.br/opiniao/eua-acima-de-todos-em-pleno-7-de-setembro

Roberto Livianu

September 9, 2025



Erguer bandeira de país estrangeiro no dia de celebrar a Independência do Brasil é a mais plena e absoluta esculhambação geral da República, diz o articulista; na imagem, manifestantes de direita na avenida Paulista

Reprodução/X @antoniocosta_ - 7.set.2025

9.set.2025 (terça-feira) - 5h58

Em 7 de setembro de 1822, portanto, há pouco mais de 2 séculos, vivemos o processo histórico da Proclamação da Independência do Brasil em relação a Portugal, consagrando-se d. Pedro 1º o 1º “líder político” de nosso povo, embora fosse lusitano. A República, por sua vez, só seria proclamada 67 anos depois, em 15 de novembro de 1889, por meio de um golpe militar que instituiu eleições ainda restritas e elitistas.

Na prática, no início da República, o poder foi exercido por imposição por 5 marechais a partir de Deodoro da Fonseca. Só 6 anos depois do início do novo sistema político é que tivemos as primeiras eleições, com a chegada de um civil ao poder. Ainda assim, o voto era censitário e extremamente restrito: menos de 1% da população participou, limitado a homens brancos e ricos.

Apesar dessa forma tortuosa, obtusa e *sui generis* —já que o processo de Independência não foi conduzido por um brasileiro nativo, mas levou ao poder um príncipe português, filho do rei de Portugal, que se autoproclamou Defensor Perpétuo do Brasil—, consolidou-se o

Império. Na Constituição de 1824, ele incluiu para si o chamado Poder Moderador (único período da história do Brasil em que tal prerrogativa foi descrita constitucionalmente).

Podemos, assim, afirmar que somos uma nação politicamente independente e juridicamente constituída há mais de 2 séculos. No último domingo (7.set.2025), assistimos a manifestações marcadas por peculiaridades que entram, inquestionavelmente, para a nossa história política.

O economista [Paul Krugman](#), Nobel de Economia de 2008 por suas ideias consagradas mundialmente acerca do comércio global, tem razões de sobra para se referir ao presidente estadunidense como megalomaniaco. Especialmente, a partir das atitudes abusivas que [Trump](#) tem adotado na gestão da política tarifária em relação a diversos países do mundo, inclusive o Brasil. Tal medida já foi objeto de análise do Poder Judiciário nos Estados Unidos, que [decidiu](#) pela ilegalidade dos atos do Executivo, por 7 X 4.

Por outro lado, no penúltimo *Roda Viva*, o professor de Harvard, Steven Levitsky, renomado cientista político autor do *best seller* “[Como as Democracias Morrem](#)”, esteve no centro do programa de entrevistas da *TV Cultura* e fez questão de enaltecer a importância histórica do [julgamento](#) do ex-presidente [Bolsonaro](#) para a proteção da democracia brasileira (aliás em 15 de setembro o mundo celebrará o Dia Internacional da Democracia) e para nossa história política.

Segundo Levitsky, o processo evidencia a vitalidade do Estado brasileiro e de nossas instituições. Na sua visão, acredita ser pouco provável que a Suprema Corte norte-americana tivesse a mesma fibra institucional em relação aos desmandos de Trump, inclusive o tarifaço.



Watch Video At: <https://youtu.be/NzecoRmLFG4>

O [tarifaço de 50%](#) sobre os produtos brasileiros aplicado por Trump, que veio vinculado a uma mensagem política de apoio ao ex-presidente Bolsonaro, caracteriza-se como verdadeiro ato de chantagem política internacional.

Ao impor as taxas extras, o presidente norte-americano deixou claro que a medida é uma retaliação ao processo criminal sofrido por Bolsonaro no [STF](#) (Supremo Tribunal Federal) por graves crimes contra a ordem democrática. Exigiu uma anistia em favor de Bolsonaro e afirmou que ele estaria sofrendo uma suposta perseguição.

Enquanto isso, durante o julgamento no Supremo, um dos acusados, o general Paulo Sérgio Nogueira, por seu advogado, em uma das passagens que ficará marcada, insistiu e reiterou enfaticamente que o militar se empenhou em [demover](#) Bolsonaro em relação à atitude golpista. Ou seja, quis obter sua absolvição mesmo que isso custasse incriminar o ex-presidente e mesmo que isso contrarie as narrativas dos seguidores de Jair Bolsonaro e dele mesmo, no sentido de dizer que absolutamente nada teve a ver com os fatos.

O ponto crucial é que essas pessoas todas sempre bradaram “*Brasil acima de todos*” e no domingo (7.set.2025), em vez de trazerem consigo as usuais bandeiras nacionais, foram vistas portando símbolos norte-americanos. Foram vistas contraditoriamente [ostentando](#) uma gigantesca bandeira dos Estados Unidos em plena avenida Paulista.

Tal atitude, contudo, totalmente alinhada com o deputado federal licenciado [Eduardo Bolsonaro](#), que conspira sem disfarçar contra os interesses do Brasil naquele país, sendo um dos principais articuladores do tarifaço, na contramão dos interesses econômicos e sociais de nossa pátria, evidenciando o processo de grave esgarçamento do Estado de Direito.

Aí, surge a pergunta de US\$ 1 milhão: como interpretar todas aquelas bandeiras norte-americanas nas mãos de pessoas que se dizem nacionalistas, patriotas? Como entender esses comportamentos em pleno 7 de Setembro, data em que há mais de 200 anos celebramos ou pelo menos deveríamos celebrar a Independência do Brasil, em gestos que caminham na contramão de nossa soberania, na direção da verdadeira subserviência política?

A anistia para crimes contra o Estado de Direito é claramente afrontosa ao artigo 5º, inciso 44 da Constituição, cláusula pétrea, portanto imutável. É o óbvio ululante e até a *Velhinha de Taubaté* sabe disso. Mudar a Lei [14.197 de 2021](#), que define os crimes contra a democracia, que acaba de completar 4 anos de vigência, para aliviar penas e acomodar interesses pessoais é evidente abuso do poder de legislar, pois leis devem ser feitas para o interesse público e jamais para satisfazer indivíduos.

Somando-se à bandeira azul, vermelha e branca do Tio Sam em pleno 7 de Setembro na avenida Paulista, significa Estados Unidos acima de todos. É a mais plena e absoluta esculhambação geral da República.